

FINATTO, M. J. B.. O que trai o tradutor?. *BOLETIM DA ALAB*, Santa Maria RS- UFSM, v. 4, n. julho 2000, p. 76-83, 2000.

O QUE TRAI O TRADUTOR?

Maria José Bocorny Finatto¹
UFRGS, Instituto de Letras

1- INTRODUÇÃO

Fora da tradução literária pouco se fala de tradução, por isso, é uma outra abrangência do ofício do tradutor que queremos explorar aqui. Não obstante, é preciso deixar absolutamente claro que, ao optar por um “recorte” de assunto, não deixamos de reconhecer a magnitude e o valor inestimável da tarefa do tradutor de obras literárias. A tradução literária detém todo um conjunto de particularidades, assim como a chamada tradução técnica, assunto principal deste texto.

Tradutor, *traditore*, traidor. Nas aulas de teoria e técnica de tradução era costume lembrar essa seqüência de palavras. Sim, a palavra tradutor pode estar historicamente vinculada ao verbo trair, mas não é possível mais acreditar que um tradutor brasileiro, profissional cuja profissão sequer é regulamentada, social ou financeiramente reconhecida, traia ou seja traído pela “invasão da terminologia estrangeira”. Afinal, o que nos invade e nos trai não é propriamente a terminologia, bem sabemos.

Discutir a necessidade de uma política lingüística para o Brasil é, sem dúvida, importante. Mas, em meio a tantas políticas fracassadas, capazes de ensaiar até a venda de novas partes da Floresta Amazônica em troca da aprovação de um salário mínimo, a primeira coisa que nos ocorre é que a palavra “política” pode torna-se sinônimo de “*mais problemas*”, principalmente porque corremos o risco de envolver um elenco de atores piores, melhores ou semelhantes. Essa é uma perspectiva descrente e redutora? Nas atuais condições, sim.

De outro lado, qual é a “situação caótica” do português contemporâneo de que tanto ouvimos falar? Ora, antes de aproveitar o mote histórico que opõe descobridores,

¹ Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, pesquisadora do Projeto TERMISUL [www.ufrgs.br/termisul], co-autora de dicionário dedicado à terminologia do Direito Ambiental, doutoranda do PPG-Letras da UFRGS na linha de pesquisa Estudos Lexicográficos e Terminológicos.

descobertos e invadidos; língua brasileira, língua portuguesa e línguas extintas ou quase; caravelas portuguesas e naus brasileiras que não flutuam; índios, cidadãos e policiais, achamos que, entre tantos níveis e tipos de caos, vale situar aqui um especialmente relacionado ao tema do idioma nacional. Nesse tema, caótico é também e sobretudo o fato de termos ainda tanto analfabetos para os quais **todas** as palavras escritas são igualmente estranhas, não importando se estão grafadas em português castiço, em guarani ou naquele português considerado contaminado pelos estrangeirismos.

Isso, sem dúvida, não importa, uma vez que para tantos desses brasileiros as palavras escritas simplesmente não existem ou não fazem sentido algum. Aliás, não seria apropriado dizer que, para esses, as palavras não existam. O analfabeto não ignora a escrita, principalmente porque as letras juntadas em palavras e frases ele certamente enxerga em toda parte; e isso serve apenas para envergonhá-lo ainda mais, lembrando-o a toda hora que não consegue ler o nome do ônibus que precisa pegar para procurar emprego ou o nome de um remédio numa receita do SUS.

2- O TRADUTOR, SEU OFÍCIO E A ANTROPOFAGIA CULTURAL

Nesse contexto, o tradutor, ocupado de textos não literários, por mais óbvio e simplificado que seja dizer, traduz, rediz, repete com outras palavras, recria e adapta o que for possível ou necessário quando duas línguas diferentes estão envolvidas. É claro, culturas diferentes estão relacionadas, mas não compete a ele a missão de ser maior que a sociedade para a qual trabalha. Tampouco é sua a tarefa hercúlea de manter separadas culturas, protegê-las umas das outras ou mesmo, tal como um verdadeiro “paladino da justiça”, “imunizá-las” contra os vírus “maléficos” das terminologias estrangeiras. Isso, entretanto, não significa dizer que o tradutor não pense no assunto ou não reflita sobre as condições e implicações de seu ofício.

Final, a língua na qual ele rediz ou recria o discurso de outrem é, em formatos, estilos e facetas, representação coletiva, que tem por substrato e suporte uma consciência também coletiva. Se o português de hoje está cheio de *fast foods* planejados para muitos e até oferece alguns *flats* para poucos, é importante não esquecer que nem as sociedades e

nem as línguas se modificam autonomamente, pois são os atos dos homens que as transformam.

Nesse contexto, tal como já saudou Gilberto Gil, é preciso não perder de vista que nossa cultura é historicamente antropofágica e, desde que emblematicamente devoramos um bispo chamado Sardinha, seguimos devorando e digerindo tudo o que nos chegar ou for imposto de fora. Sem discutir o mérito dessa estratégia, não seria um equívoco pensar que devoramos continuamente apenas para sobreviver, criar e alimentar de brasilidade nossos próprios corpos.

Isso aconteceu, para citar um exemplo distante, com a implantação da Estrada de Ferro, trazida por ingleses, que aqui chegou com toda uma terminologia e linguagem a ela associadas, além, é claro, de “certos” interesses vinculados aos prédios pré-fabricados de estações ferroviárias compradas a juros altíssimos e trilhos que se espalhavam em desenhos tortuosos onde apenas uma linha reta bastava. Mas, enfim, era o progresso tecnológico chegando...

Um pouco mais tarde, quando o tesouro nacional da época “resolveu” pôr à venda bônus da dívida pública, em função de outros “certos” motivos, foi inundado o mercado financeiro com o que os nossos fornecedores ingleses já de longa data chamavam *bonds*. Ao mesmo tempo, era inaugurado no Rio de Janeiro um serviço de trens urbanos elétricos que as pessoas, espantadas, não sabiam como chamar. Mas, inspiradas pelo tais *bonds* de que tanto ouviam dizer, decidiram batizar aqueles trens sem fumaça com o nome de bondes. Teria sido mera casualidade a escolha do nome?

Quem não se lembra dos bondes? Hoje, peças de museu, apenas fazem parte da memória de infância e juventude de alguns brasileiros urbanos com mais de 36 anos... De outro lado, os outros *bonds* permanecem arraigados à atualidade do nosso vocabulário econômico de circulação mais restrita.

No que se refere à tradução técnica, que é ainda um dos melhores filões de trabalho remunerado para o tradutor, precisamos reconhecer que as linguagens das técnicas e das ciências são muito mais do que meros conjuntos de rótulos ou etiquetas para coisas, uma vez que envolvem conhecimentos sócio-historicamente construídos.

Assim, traduzir para o português brasileiro um laudo sobre a construção de uma ponte ferroviária ou, numa outra situação, verter um ensaio de química para o inglês para

publicação em uma revista brasileira de ampla circulação, antes que uma busca por palavras e dizeres “genuinamente nacionais” ou “mais amplamente científicos e acessíveis”, implica saber que esses textos, entre tantos outros, pertencem a uma tipologia ou gênero textual que ultrapassa listas de “palavras técnicas”. Afinal, tanto uma quanto outra situação, cada uma à sua maneira, envolvem uma determinada área de conhecimento, que é também uma prática societária compartilhada por um grupo profissional que se expressa de um determinado modo.

Tratam-se, na verdade, de grupos profissionais que se escrevem e inscrevem como grupos sociais com o apoio de linguagens que os caracterizam. E tais grupos, especificamente aqueles que remuneram o trabalho do tradutor, quer verta ou traduza, esperam que o texto gerado não se choque com sua própria cultura profissional. Quem de nós imporá ao economista ou ao técnico de comércio exterior a tradução de *drawback* como reembolso? O tradutor?

3- TERMINOLOGIAS E MODELOS CULTURAIS

Há um perfil cultural para os determinados segmentos e comunidades profissionais, e isso é o que podemos observar pelo trecho abaixo, retirado de um artigo de uma revista especializada, totalmente escrito em português contemporâneo, no qual, aparentemente, não há qualquer estrangeirismo que nos salte aos olhos:

“O sistema catalítico bifásico metiltrioxorênio (MTO)-H₂O₂/CH₂Cl₂ foi utilizado na epoxidação do poli(butadieno). Os resultados mostraram alta seletividade, com o grau de epoxidação (10-50%) podendo ser modulado de acordo com a quantidade de oxidante adicionada. As análises por GPC e TGA mostraram, respectivamente, a conservação do peso molecular e a não incorporação do rênio no polímero epoxidado.”

De outro modo, já é quase óbvio perceber a linguagem da informática costumeiramente usada como cavalo de batalha contra a invasão lingüística promovida por novos progressos anglo-saxões. É o progresso do computador, agora vendido a preço módico e facilitado, que nos traz “*attachado*” palavras como deletar ou *downloader*. Associada a tal progresso, contamos hoje até com uma bolsa de valores particular, com direito a um *crash* em separado.

Em um manual da Microsoft, que acompanha todo o novo *PC* que sai da fábrica, texto que presumidamente pode ou deveria ser entendido por qualquer pessoa brasileira do tipo não-analfabeta e que tenha condições de comprar ou usar um computador, observamos um outro perfil de linguagem:

“O Word e a Web Use o Word 97 para criar documentos para uso em uma intranet ou na World Wide Web. O Word adiciona facilmente hyperlinks a documentos para que você possa saltar para qualquer posição em um documento, entre documentos, para documentos em outros aplicativos do Office ou para qualquer local na Internet. O assistente de página Web do Word facilita a criação de home pages e de outros documentos da Web, mesmo que você não conheça HTML”.

Não se trata, portanto, de trair ou ser traído, pois, como vemos, ambos os trechos são ilustrações de etapas diferentes de algo que aqui poderíamos denominar “digestão lingüística”. Ao tradutor, nesse cenário, compete acompanhar os ritmos da assimilação do estranho pela sociedade.

Neste contexto, aquele profissional que tem a oportunidade de formação acadêmica na área de Lingüística e Letras, sobretudo em universidades públicas, tem cada vez mais e melhores condições de se situar no mercado de trabalho desse tipo de tradução. Isso porque já pode perceber a comunicação técnico-científica como um objeto mais amplo, complexo e dotado de uma organização específica, diretamente vinculado a apropriações lingüísticas particulares e culturalmente diferenciadas. Contribuindo para tal reconhecimento, tem sido crescente a acolhida dos estudos e pesquisas de Terminologia no currículo de nossas faculdades, em nível de graduação, mestrado e doutorado.

4- POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS, TRADUÇÃO E TERMINOLOGIA

Imaginemos agora um cenário idealizado de políticas públicas não corrompidas e necessidades básicas da população bem atendidas. Nesse cenário, a promoção de políticas lingüísticas que envolvessem, entre outras coisas, usos e costumes da comunicação técnico-científica brasileira, exigiria a participação dos diferentes segmentos sociais envolvidos, além, é claro, de seriedade e conhecimento sobre a natureza das linguagens em questão.

Nesse ponto, especialistas das áreas técnicas e científicas, representando seus órgãos de classe ou conselhos profissionais, lingüistas, terminólogos, tradutores e documentalistas

envolvidos com as chamadas *normatizações técnicas* precisariam expôr e compatibilizar seus diferentes pontos de vista, naturalmente desarmados de preconceitos e abertos a uma convivência pacífica entre usos lingüísticos “oficiais”, “recomendados”, “oficializados” e “populares”.

Historicamente, a pesquisa em Terminologia tem agregado e até colocado em conflito diferentes vozes: lingüistas, lexicólogos, dicionaristas, bibliotecários, cientistas da informação, institutos de normas técnicas, antropólogos, filósofos da ciência, químicos, físicos, engenheiros, advogados, comerciantes e fabricantes, etc. E, nesse particular, é da discussão sobre a natureza e sobre a necessidade ou não de algum “controle” da comunicação técnico-científica que costumam emergir as questões mais basilares vinculadas aos perfis das terminologias. São questões que apontam justamente para o relacionamento ancestral entre linguagem, cultura, conhecimento e relações de poder.

Conforme bem nos situa Lara (1999)², se compararmos o vocabulário da psicanálise como o vocabulário *quechua* da agricultura, veremos que os dois são igualmente carregados de valores culturais que os identificam e os vinculam a determinados conhecimentos historicamente construídos. Mas, tais vocabulários somente passarão a tomar parte de qualquer discussão sobre “linguagens especializadas” ou “invasão de terminologia estrangeira” à medida que determinados fatores sociais, econômicos e políticos permitam sua importância ou mérito, traduzidos, nesses casos, por valor científico, tecnológico ou, como os economistas costumam dizer, por algum “valor agregado”.

Não é à toa que os principais impulsos dos estudos terminológicos sempre tiveram alguma relação com problemas sociais e lingüísticos oriundos da administração e implantação de terminologias frente aos idiomas nacionais, principalmente nas sociedades com intensas demandas tecnológicas e industriais e em situação de bilingüismo ou que envolvessem relacionamento entre línguas minoritárias e majoritárias. Nessas sociedades, a tradução técnica tende a ser econômica e politicamente valorizada, pois é assegurado ao cidadão o direito de expressão e entendimento naquela língua que prefira usar ou melhor saiba. Um emblemático exemplo disso são os escritos simultâneos em inglês e francês nas latinhas de refrigerante no Canadá. Naquele contexto, é claro que o que move a duplicidade

² LARA, Luis Fernando. Término y cultura: hacia una teoría del término. In: Cabré, M.T; Lorente, M. (dir.). **Terminología y modelos culturales**. Barcelona:UPF/IULA, 1999, p.39-61.

é um certo interesse, mas há também toda uma problemática subjacente, associada ao fato do francês ser a língua dos operários e inglês a dos donos de fábrica...

É nessa reflexão, guiados por nossos próprios moldes e necessidades, mais ou menos antropofágicas, que precisamos avançar para que não se continue a cobrar do tradutor algo que ele, sozinho, não pode dar. Nessa história, questionar ou tachá-lo de “adesista ao estrangeirismo” é, sem dúvida, apenas uma opção cômoda ou até um ponto de fuga frente a algo bem maior. Esse é um discurso que soa, tal como se diz na linguagem do estilismo de moda, um tanto *fake*.